

Ação climática deve considerar países mais frágeis



» JORGE MOREIRA DA SILVA
Subsecretário-geral da ONU e
diretor-executivo do Escritório das
Nações Unidas de Serviços para
Projetos (Unops)

Enquanto líderes do mundo todo se reúnem em Belém para a COP30, as atenções se voltam para como os países planejam colocar em prática o Acordo de Paris 10 anos após sua adoção. Estamos em um momento crítico: novos planos nacionais de ação climática precisam colocar o mundo em um caminho capaz de limitar o aquecimento global a 1,5°C. Para os países em desenvolvimento, isso significa unir ambição, financiamento e um ambiente favorável para impulsionar as ações climáticas. Financiamento é um grande desafio. Os países em desenvolvimento precisarão de pelo menos US\$ 310 bilhões por ano até 2035 para atender às necessidades de adaptação, protegendo vidas, meios de subsistência e economias. Esse valor é 12 vezes maior que o volume atual de fluxos internacionais de financiamento público para adaptação, segundo os dados mais recentes do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Mesmo entre tantas necessidades urgentes, há um grupo que fica ainda mais para trás: os países frágeis e afetados por conflitos. A dura realidade é que justamente aqueles que mais precisam de financiamento climático são os que menos o recebem e estão entre os que mais sofrem com os efeitos das mudanças climáticas. Dos 25 países mais vulneráveis às mudanças climáticas, 16 são considerados frágeis ou em situação de conflito. Cerca de 70% das pessoas em estado de insegurança alimentar vivem em contextos como esses. E aproximadamente 70% dos refugiados e 80% dos deslocados internos vêm de países que enfrentam, de forma direta, os impactos mais severos dessa crise.

kleber sales



“Tá com pena? Leva pra casa”: expressão de insensibilidade ou de exaustão e vulnerabilidade?



» ANNA HARTMANN
Mestre em sociologia pela
USP e sócia-administradora
da ARÁ, consultoria política

A expressão “Tá com pena? Leva pra casa” tornou-se um dos bordões mais emblemáticos e polêmicos das discussões cotidianas sobre segurança no Brasil. Usada com frequência contra membros das camadas médias urbanas e escolarizadas — geralmente aqueles que defendem soluções de longo prazo e políticas sociais estruturantes enquanto criticam operações policiais violentas —, a frase talvez, à primeira vista, pareça indicar somente uma falta de empatia de quem a profere. Mas será que, na verdade, ela também não carrega uma acusação de que quem defende “soluções de longo prazo” o faz muitas vezes porque está distante, geográfica e psicologicamente, do fenômeno da violência? Norbert Elias, sociólogo alemão que analisou a formação dos Estados modernos, afirma em *O processo civilizador* que, à medida que o Estado foi concentrando o controle da violência e as sociedades europeias se tornaram mais pacificadas, seus habitantes passaram a sentir repulsa diante da violência e da morte, reagindo com horror àquilo que antes lhes era familiar. Essa repulsa é o produto de uma longa socialização emocional, na qual os indivíduos

São justamente essas nações que recebem apenas um quarto do financiamento climático de que precisam. Em 2020, as populações que viviam em países afetados por conflitos de alta intensidade contaram com um aporte médio de cerca de US\$ 2,74 por pessoa, aproximadamente metade do valor destinado a quem vive em áreas de conflito de média intensidade (US\$ 5,06) ou de fragilidade social e institucional (US\$ 5,25). Esses são locais onde secas e enchentes destroem infraestruturas já escassas, onde a governança é frágil e onde as comunidades são deslocadas repetidamente. É uma injustiça difícil de ignorar: as pessoas com menos recursos para se adaptar estão sendo deixadas para trás por um sistema que deveria ajudá-las. Há muitas razões para isso. Quem doa reluta em assumir riscos onde há pouca estrutura institucional ou financeira. Dessa forma, grande parte do financiamento climático tende a ir para áreas estáveis e de baixo risco, e não para os mais vulneráveis. Isso precisa mudar. Um quarto da humanidade vive em áreas afetadas por conflitos, por isso não se trata apenas de uma responsabilidade moral, mas de um imperativo estratégico e político bastante claro. A aversão ao risco alimenta cenários de instabilidade. À medida que os eventos climáticos extremos se tornam mais frequentes, a disputa por terra, alimento e água pode se agravar, gerando ainda mais insegurança. Ações de adaptação climática podem ser decisivas para enfrentar as dinâmicas que geram conflitos e fragilidade. O Unops oferece soluções práticas para apoiar operações humanitárias, de desenvolvimento e de paz. Mais da metade do nosso trabalho é realizado em regiões frágeis e afetadas por conflitos. Somos testemunhas do que é possível alcançar quando são criadas condições favoráveis para garantir que o financiamento climático chegue onde ele é mais necessário. No Afeganistão, anos de conflito afetaram gravemente os serviços básicos para a população. Em parceria com o Banco Mundial (BM) e outros apoiadores, estamos restaurando e ampliando o acesso à água potável e à irrigação, fortalecendo a resiliência das comunidades rurais.

No Iêmen, com o apoio do BM, ajudamos a restaurar serviços urbanos, incorporar soluções sustentáveis e adaptadas ao clima nos esforços de reconstrução, recuperar estradas, instalações com energia solar e sistemas de água. Essas iniciativas ajudam milhões de pessoas a reconstruir suas vidas e lançam as bases para um Iêmen mais forte. A ação climática está profundamente ligada ao desenvolvimento sustentável. Se a comunidade internacional realmente leva a sério o cumprimento das metas globais de adaptação e desenvolvimento, é fundamental disponibilizar financiamentos que funcionem em áreas frágeis. Isso significa ampliar o acesso a recursos financeiros, fortalecer a capacidade dos governos de administrá-los e adaptar o apoio a condições de maior instabilidade. Garantir a coordenação e ampliar parcerias com autoridades locais, ONGs e grupos da sociedade civil são aspectos cruciais, uma vez que eles possuem o conhecimento e a vivência para atuar em cada contexto. Igualmente importante é redefinir o conceito de risco: a inércia também tem custos, como instabilidade, migração e demandas humanitárias. Da mesma forma, é essencial fortalecer os sistemas de alerta precoce para garantir que todas as pessoas, em todos os lugares, estejam protegidas por sistemas de alerta até 2027. O setor privado também tem um papel importante. O crescimento do financiamento misto e dos investimentos de impacto mostra que é possível mobilizar capital mesmo em mercados difíceis quando existem mecanismos de compartilhamento de risco. O que falta é vontade política para aplicar essas inovações onde elas são urgentemente necessárias. A lógica é simples: quando deixamos os mais vulneráveis para trás, todos pagamos o preço. A COP30, que acontece na maior floresta tropical do planeta, oferece uma oportunidade de redefinir essa lógica e de provar que o financiamento climático pode alcançar aqueles que mais precisam, independentemente da fragilidade de suas circunstâncias.

A bioeconomia das conexões na COP30



» MAURÍCIO
ANTÔNIO LOPES
Pesquisador da Embrapa
Agroenergia e membro da
Academia Brasileira de
Ciência Agrônômica (ABCA)

A COP30, realizada em Belém, traz o mundo ao coração da Amazônia. A carga simbólica do evento é evidente, pois, pela primeira vez, a conferência climática das Nações Unidas ocorrerá em um território que sintetiza os dilemas e as esperanças da humanidade diante da crise climática. Mais do que palco de negociações, a Amazônia é um espaço onde se colocam os desafios e as soluções para unir desenvolvimento e proteção da natureza. A Academia Brasileira de Ciência Agrônômica (ABCA) apresenta à COP30 uma proposta baseada na bioeconomia das conexões, entendida como uma abordagem que busca superar o isolamento entre setores e disciplinas, condição que ainda limita a transição sustentável. Jovem e atuante, a ABCA reúne lideranças da ciência agrônômica comprometidas em fortalecer a base científica da agricultura tropical e afirmar seu papel como infraestrutura estratégica para a soberania alimentar, a sustentabilidade e o desenvolvimento do país. A visão da ABCA para a COP30 reconhece que os desafios climáticos, energéticos, alimentares e sociais são interdependentes e exigem soluções guiadas pela lógica dos nexos — as inter-relações entre água, energia, alimentos, biodiversidade e sociedade. Por isso, a ABCA propõe um modelo de bioeconomia capaz de integrar esses elementos. Seu fundamento é sistêmico: o desenvolvimento sustentável depende das interações entre pessoas, ecossistemas, territórios e instituições, e não de ações isoladas. Essa visão difere da noção mais difundida de bioeconomia, frequentemente centrada na substituição de insumos fósseis por biomassa em cadeias industriais. A bioeconomia das conexões amplia esse horizonte ao reconhecer que o potencial transformador está nas relações entre sistemas — na integração de ciclos ecológicos e produtivos, na cooperação entre cadeias de valor e na inteligência distribuída dos territórios. Seu avanço depende da convergência entre políticas públicas, ciência e investimento orientado para modelos que conciliem rentabilidade, regeneração ambiental e inclusão social.

Ao propor a ativação dessas conexões, o Brasil leva à COP30 uma visão que nasce da própria trajetória e experiência: a de um país que transformou ciência e diversidade em força produtiva e, agora, pode inspirar um novo ciclo de prosperidade tropical. Essa visão propõe que o desenvolvimento do século 21 se construa sobre a integração entre conhecimento, natureza e sociedade — uma economia viva, capaz de regenerar ecossistemas, reduzir desigualdades e gerar inovação a partir da biodiversidade. A ciência agrônômica alinha-se naturalmente a essa lógica, pois nasceu da necessidade de integrar conhecimentos e práticas para produzir de forma racional, evoluindo para reconhecer limites ecológicos e incorporar sustentabilidade como princípio orientador. Por essência, é uma ciência de conexões — entre solo, água, plantas, clima e pessoas — e de tradução da complexidade dos sistemas vivos em soluções aplicáveis aos territórios. Essa evolução ampliou seu escopo: de uma ciência voltada principalmente à produtividade para outra que integra regeneração, conservação e inclusão social como dimensões inseparáveis do desenvolvimento. Foi essa trajetória que permitiu ao Brasil transformar vastas regiões tropicais com sistemas produtivos baseados em pesquisa, inovação e manejo inteligente — hoje mais preparados para enfrentar os desafios climáticos e sociais do nosso tempo. Essa trajetória confere à ciência agrônômica um papel central na bioeconomia das conexões. Ao combinar observação empírica, modelagem científica e diálogo com os territórios, a agronomia fornece a infraestrutura de conhecimento para articular produção e conservação em bases regenerativas. Sua capacidade de integrar tecnologias emergentes e práticas de manejo adaptadas aos biomas tropicais permite transformar desafios ambientais e sociais em oportunidades de inovação e progresso. A ABCA, ao propor essa visão, lança um chamado à convergência. Governos, empresas, agricultores, cientistas e comunidades precisam alinhar esforços em torno de uma agenda para transformar conhecimento em soluções concretas nos territórios. Com sua base científica sólida e diversidade biológica sem paralelo, o Brasil tem condições únicas para propor ao mundo um novo pacto entre sociedade e natureza — um modelo de desenvolvimento ancorado na força da ciência, na riqueza dos seus biomas e na capacidade criativa de seu povo, capaz de gerar prosperidade com regeneração. A COP30 pode marcar o momento em que o Brasil apresenta ao mundo um novo paradigma — não baseado na competição por recursos finitos, mas na integração entre biodiversidade, conhecimento e desenvolvimento humano. A bioeconomia das conexões propõe unir produção e conservação, ciência e sociedade, convertendo a inteligência dos trópicos em soluções para um mundo em transição.